EDITAL DE DISCRIMINAÇÃO DE TERRA DEVOLUTA
PROCESSO Nº 20536119

Os Membros da Comissão Especial Permanente de Discriminatória - CEPD, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei 9769, de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pela Instrução Normativa nº 006, de 30 de Setembro de 2013, FAZEM SABER, aos que do presente Edital vierem a tomar conhecimento ou dele tiverem notícias, que está sendo requerida por **JOÃO BATISTA VIANA,** brasileiro, produtor rural, casado, inscrito no RG sob o n.º 623.632 SSP/ES e no CPF sob o n.º 784.605.497-04, domiciliado no local denominado, Rua Herminoi Machado, Distrito de Piaçu, Município de Muniz Freire/ES, a legitimação de uma área de terras presumidamente devoluta localizada no Estado do Espírito Santo, com limites e demais características assim descritas: **UMA PROPRIEDADE RURAL MEDINDO 60,843,68M² (SESSENTA MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS VIRGULA SESSENTA E OITO METROS QUADRADOS) situada no lugar denominado Córrego Canta Galo, Distrito de Piaçu, Município de Miniz Freire/ES, limitando-se: a Norte com David de Souza, Jassan Fernandes Miranda e Devair Batista Machado; a Sul Arildo Machado; a Este Devair Batista Machado, Arildo Machado, a Oeste com David de Souza, Jassan Fernandes Miranda e Devair Batista Machado,** tudo conforme memorial descritivo georreferenciado no processo em epígrafe que se encontra à disposição dos interessados na Comissão Especial Permanente de Discriminatória localizada na Rua Desembargador José Fortunato Ribeiro, nº 95, Bairro Mata da Praia, Vitória/ES, CEP: 29066-070. E convida os confinantes ou quem se julgar prejudicado e ainda a quaisquer interessados no pedido de **aquisição de área por legitimação junto ao Estado do Espírito Santo**, a apresentar suas impugnações, embargos ou suscitações de dúvidas por escrito a esta Comissão, na sede desta Autarquia dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data de publicação do presente, findo o qual não serão mais aceitas impugnações, e a área será declarada devoluta, cumprindo os requisitos contidos na Lei 9.769, de 28 de dezembro de 2011, esta será regularizada em nome do requerente, caso contrário, havendo interesse, será feita a matrícula ou registro em nome do Estado do Espírito Santo. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado em jornal de circulação estadual, na sede do Escritório Local onde se situa o imóvel, na sede da Autarquia e no sítio eletrônico do IDAF (www.idaf.es.gov.br).

Vitória, 20 de Janeiro de 2014.

Sara Souza de Oliveira
Presidente da Comissão Especial Permanente de Discriminatória

Vanessa Nascimento Vieira de Oliveira
Membro Técnico

Bernardo de Britto
Membro Administrativo